

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

v. 22 n. 132

maio/junho 2026

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenador-Geral

Flávio Tartuce

Coordenadores

Anderson Schreiber – Daniel Amorim Assumpção Neves
Débora Brandão – Fernanda Tartuce – Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Ana Beatriz Presgrave – Ana Luiza Maia Nevares – Angelica Carlini
Arlete Aurelli – Bruno Casagrande – Carlos Nelson Konder – Cecília Asperti
Cesar Calo Peghini – Cláudia Lima Marques – Daniel Mitidiero
Ênio Santarelli Zuliani – Eroulths Cortiano Junior – Fredie Didier Junior
Giselda M. F. Novaes Hironaka – Gustavo Tepedino – Heloísa Helena Barboza
Humberto Theodoro Jr. – José Fernando Simão – José Rogério Cruz e Tucci
Luciano Martinez – Luiz Guilherme Marinoni – Marco Aurélio Bezerra de Melo
Maria Helena Diniz – Marília Pedrosa Xavier – Maurício Bunazar
Pablo Malheiros Cunha Frota – Pablo Stolze Gagliano
Rodrigo Reis Mazzei – Rolf Madaleno – Sílvio de Salvo Venosa
Susana Henriques da Costa – Trícia Navarro

Colaboradores deste Volume

Aloisio Alencar Bolwerk – Aloisio Bolwerk – Armando Nunes da Rocha Jr.
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas – Danilo Henrique Nunes
Estevão Schultz Campos – Fernando da Fonseca Gajardoni
Flavia Pompeu de Camargo Cortez – Flávio Tartuce
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka – Juliano Quelho Witzler Ribeiro
Marcelo Alves de Castro Filho – Matheus Morais Lemos
Suellen Marinho Pelliccioni Ribeiro – Thiago Rodovalho – Tiago Figueiredo Gonçalves
Victor Alves Julio de Matos – Vinícius Pinheiro Marques

© Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

n. 1 (jul./ago. 2004)-.- Porto Alegre: Magister, 2004

Bimestral.

n. 132 (maio/jun. 2026)

Coordenador-Geral: Flávio Tartuce. Coordenadores: Anderson Schreiber, Daniel Amorim Assumpção Neves, Débora Brandão, Fernanda Tartuce e Rodolfo Pamplona Filho.

ISSN 1807-0930

1. Direito Civil – Periódico. 2. Processo Civil – Periódico.

CDU 347(05)

CDU 347.9(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

Capa: Editora Magister

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20

Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

A *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* chega ao número 132, com temas de grande relevo para a comunidade jurídica nacional.

A edição abre com o artigo do coordenador-geral da revista, Professor Flávio Tartuce, intitulado *Desafios atuais e futuros do Direito Civil Digital. Lei Felca, Inteligência Artificial e Herança Digital*. Três temas do Direito Civil Digital são abordados no texto: a Lei Felca, conhecida como *Lei da Adultização* ou *ECA Digital*, algumas repercussões da inteligência artificial para o Direito Civil, sobretudo para a responsabilidade civil, e o tema da herança digital.

Na sequência, temos o estudo feito por Flavia Pompeu de Camargo Cortez e Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, cujo título é *A mediação como solução alternativa de controvérsia nos contratos de parceria agrícola*. As autoras analisam a viabilidade jurídica da mediação como solução alternativa de resolução de conflitos nos contratos de parceria agrícola no Brasil, contextualizando sua aplicação à luz do Estatuto da Terra e das características próprias dos contratos agrários.

O terceiro artigo da edição trata da redução dos prazos prescricionais pelo Código Civil atual, tendo especial impacto na responsabilidade civil extracontratual. O estudo, escrito por Thiago Rodovalho, está assim intitulado *Prescrição e actio nata em matéria de responsabilidade civil extracontratual: uma necessária releitura no Brasil*.

Seguimos com o texto *Precedentes em improbidade administrativa: análise do Tema nº 309 dada a repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal*. Os autores Victor Alves Julio de Matos, Fernando da Fonseca Gajardoni e Danilo Henrique Nunes analisam a tensão gerada pela aparente incongruência entre os Temas ns. 309 e 1.199 de Repercussão Geral do STF, no contexto da Lei de Improbidade Administrativa – LIA, alterada pela Lei nº 14.230/2021.

Matheus Morais Lemos, Aloisio Alencar Bolwerk e Vinícius Pinheiro Marques participam da edição com a pesquisa *A interposição do recurso especial e o embaraço do acesso à justiça em razão do requisito da relevância instituído pela Emenda Constitucional nº 125/2022*. Os autores buscam compreender o requisito da relevância na interposição do recurso especial, acrescentado pela EC nº 125/2022, bem como se a referida sistemática pode afrontar o requisito do direito de acesso à justiça, vez que as demandas mais simples e menos complexas e as que possuem valor menor terão muito mais dificuldades de viabilizar a análise de seus recursos pelo STJ.

A doutrina continua com a pesquisa intitulada *Ato ilícito, tutela inibitória e responsabilidade civil: da reparação à prevenção do dano*, de autoria de Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas. A autora analisa a transformação contemporânea da responsabilidade civil, destacando a superação do modelo clássico centrado exclusivamente na reparação do dano, em direção a uma perspectiva orientada à prevenção do ilícito e à gestão de riscos. A pesquisa parte da interpretação sistemática dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil e do art. 497 do Código de Processo Civil para demonstrar a ampliação funcional da responsabilidade civil.

Na sequência, temos o texto de Estevão Schultz Campos, Suellen Marinho Pelliccioni Ribeiro e Juliano Quelho Witzler Ribeiro, intitulado *A flexibilização da teoria da imprevisão no agronegócio: uma crítica à jurisprudência do STJ sob a ótica do protecionismo agrícola*. Os autores examinam criticamente a leitura restritiva da teoria da imprevisão no agronegócio, especialmente na jurisprudência do STJ que tende a qualificar eventos climáticos, biológicos e mercadológicos como riscos inerentes à atividade agrícola.

Armando Nunes da Rocha Jr. e Aloisio Bolwerk apresentam o estudo intitulado *Análise da técnica do julgamento ampliado nas decisões de mérito do segundo grau de jurisdição*, na qual abordam a inovação trazida pelo CPC de 2015 da técnica de julgamento ampliado, efetuando uma digressão histórica dos embargos infringentes e a ideia de retratabilidade das decisões de segundo grau.

Chegamos ao fim deste volume com a pesquisa *Os limites constitucionais e legais aplicáveis ao sistema recursal para a incidência da “Teoria da Causa Madura”*, de autoria de Marcelo Alves de Castro Filho e Tiago Figueiredo Gonçalves. Os autores objetivam estabelecer os limites constitucionais e legais que devem incidir no sistema recursal quando da aplicação da “teoria da causa madura”, com ênfase ao estudo dos princípios aplicáveis no âmbito dos tribunais.

Diante da abrangência, da atualidade e da profundidade dos textos desses grandes doutrinadores e juristas, espera-se, mais uma vez, que a *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* continue fomentando o debate como uma das mais importantes publicações científicas de nosso País.

Uma boa leitura!

Fábio Paixão
Editor

Sumário

Doutrina

1. Desafios Atuais e Futuros do Direito Civil Digital. *Lei Felca*, Inteligência Artificial e Herança Digital
Flávio Tartuce 7
 2. A Mediação como Solução Alternativa de Controvérsia nos Contratos de Parceria Agrícola
Flavia Pompeu de Camargo Cortez e Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka 25
 3. Prescrição e *Actio Nata* em Matéria de Responsabilidade Civil Extracontratual: uma Necessária Releitura no Brasil
Thiago Rodovalho 43
 4. Precedentes em Improbidade Administrativa: Análise do Tema nº 309 Dada a Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal
Victor Alves Julio de Matos, Fernando da Fonseca Gajardoni e Danilo Henrique Nunes 81
 5. A Interposição do Recurso Especial e o Embaraço do Acesso à Justiça em Razão do Requisito da Relevância Instituído pela Emenda Constitucional nº 125/2022
Matheus Morais Lemos, Aloisio Alencar Bolwerk e Vinícius Pinheiro Marques 111
 6. Ato Ilícito, Tutela Inibitória e Responsabilidade Civil: da Reparação à Prevenção do Dano
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas..... 124
 7. A Flexibilização da Teoria da Imprevisão no Agronegócio: uma Crítica à Jurisprudência do STJ sob a Ótica do Protecionismo Agrícola
Estevão Schultz Campos, Suellen Marinho Pelliccioni Ribeiro e Juliano Quelho Witzler Ribeiro 138
 8. Análise da Técnica do Julgamento Ampliado nas Decisões de Mérito do Segundo Grau de Jurisdição
Armando Nunes da Rocha Jr. e Aloisio Bolwerk 158
 9. Os Limites Constitucionais e Legais Aplicáveis ao Sistema Recursal para a Incidência da “Teoria da Causa Madura”
Marcelo Alves de Castro Filho e Tiago Figueiredo Gonçalves 173
- Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários** 189